



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Nº da proposição
00041/2021

Data de autuação
11/02/2021

Assunto principal: PROPOSIÇÕES
Assunto: PROJETO DE LEI

Autor: DEPUTADO ANDRE FERNANDES

Ementa:

FICA VEDADA A COBRANÇA DE VALORES PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS DE DOMÍNIO DO ESTADO DO CEARÁ OU DA UNIÃO POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Comissão temática:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
COM. DE DESENV. REG., REC. HÍDRICOS, MINAS E PESCA
COMISSÃO DE TRAB. ADM. E SERVIÇO PÚBLICO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	PROJETO DE LEI
Descrição:	FICA VEDADA A COBRANÇA DE VALORES PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS		
Autor:	99839 - DEPUTADO ANDRE FERNANDES		
Usuário assinator:	99839 - DEPUTADO ANDRE FERNANDES		
Data da criação:	10/02/2021 18:51:45	Data da assinatura:	10/02/2021 18:52:29



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO ANDRE FERNANDES

AUTOR: DEPUTADO ANDRE FERNANDES

PROJETO DE LEI
10/02/2021

Fica vedada a cobrança de valores pelo uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do Estado do Ceará ou da União por delegação de competência e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º – Fica vedada a cobrança de valores pelo uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do Estado ou da União por delegação de competência, no âmbito do Estado do Ceará.

§1º – A vedação que trata o caput deste artigo se estende àqueles que utilizam recursos hídricos superficiais e/ou subterrâneos para os fins de (das):

I – irrigação pública;

II – irrigação privada;

III – carcinicultura;

IV – psicultura;

V – abastecimento público;

VI – água mineral e potável de mesa;

VII – indústria;

VIII – serviço e comércio;

IX – demais categorias de uso:

a) fornecimento de água com captação e adução completa ou parcial, por parte do usuário a partir de manancial tipo: açudes, rios, lagoas, aquíferos ou canais;

b) fornecimento de água com captação e adução por parte da COGERH, através de tubulação de múltiplos usos, pressurizada por bombeamento.

§2º – Fica vedada ainda a cobrança de valores pecuniários daqueles que captam recursos hídricos dos rios, açudes, poços artesianos, cacimbas, lagoas, aquíferos e equivalentes.

Art. 2º – Ficam revogados os artigos 15 e 16 da lei estadual nº 14.844, de 28 de dezembro de 2010 que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e que instituiu o Sistema integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGERH.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por escopo autorizar que os usuários que captam recursos hídricos dos rios, açudes, poços artesianos, cacimbas, lagoas, aquíferos e equivalentes, para fins de irrigação privada, irrigação pública, carcinicultura, psicultura, abastecimento público, indústria, água mineral e potável de mesa, serviço e comércio, e as demais categorias de fornecimento de água com captação e adução completa ou parcial, por parte do usuário a partir de manancial tipo: açudes, rios, lagoas, aquíferos ou canais; e de fornecimento de água com captação e adução por parte da COGERH, através de tubulação de múltiplos usos, pressurizada por bombeamento, possam fazê-la de forma gratuita.

É indiscutível que todo o mundo sofreu impactos com os efeitos da pandemia da Covid-19 e com a população do Estado do Ceará não foi diferente. Todos os setores, dentre eles, Tribunal de Justiça do Ceará, Ministério Público do Estado do Ceará, Defensoria Pública do Estado do Ceará e etc., desenvolveram planos de contingência e/ou de alguma forma promoveram atos com o objetivo de promover contenção de despesas, o que demonstra a situação crítica enfrentada no Estado.

Ocorre que agora, o Poder Executivo Estadual, por meio do Chefe do Executivo, emitiu Decreto nº 33.920, de 03 de fevereiro de 2021, que tem por finalidade realizar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do Estado do Ceará ou da União.

É inadmissível que o usuário que realizou a perfuração do poço em seu terreno, pagou pelos equipamentos e serviços de instalação, passe a ser taxado pelo Poder Público em razão da água extraída.

Essa conduta demonstra a falta de respeito para com a população do nosso Estado. Todos os setores sentiram os efeitos da pandemia da Covid-19 e realizar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos afetará em cheio os produtores agrícolas e criadores de peixe e camarão, além da população em geral.

A população vive o fechamento do comércio, as restrições de locomoção, as demissões em massa, alta dos preços dos produtos, e agora, realizar a cobrança dos recursos hídricos subterrâneos e/ou superficiais, mostra-se ser uma atitude irrazoável e inoportuna em razão da crise econômica experimentada pelos cearenses.

Os produtores de camarão e peixe, que emprega boa parte daqueles que vivem no campo, precisam de incentivos para continuarem exercendo suas atividades comerciais. Contudo, o Governo do Estado atua em contramão a independência do povo cearense, o que é inadmissível.

A população em geral também precisa de incentivos, pois se essas pessoas, que tanto sofrem com a pandemia, escaparem do vírus da Covid-19, com certeza serão atingidos pelo vírus da necessidade, da fome, da miséria.

Portanto, ante o evidente interesse público da matéria e, principalmente, em razão da importância deste projeto, solicito gentilmente o apoio dos meus nobres pares para a aprovação da presente proposição.

André Fernandes de Menezes

DEPUTADO ANDRE FERNANDES

DEPUTADO (A)

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	LEITURA NO EXPEDIENTE		
Autor:	99725 - EVA SARA STUDART ARAÃO PEREIRA		
Usuário assinator:	99333 - ANTONIO GRANJA		
Data da criação:	11/02/2021 11:05:10	Data da assinatura:	12/02/2021 10:15:10



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

PRIMEIRA SECRETARIA

DESPACHO
12/02/2021

LIDO NA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

CUMPRIR PAUTA.

Assinatura manuscrita de Antonio Granja, consistindo em uma letra inicial estilizada seguida de uma sequência fluida de traços.

ANTONIO GRANJA

1º SECRETÁRIO